

LAICIDADE E DIREITO AO ABORTO:
intersecções e conexões entre o debate
feminista secular e feminista religioso

ROMI MÁRCIA BENCKE

LAICIDADE E DIREITO AO ABORTO:
intersecções e conexões entre o debate
feminista secular e feminista religioso

Romi Márcia Bencke*

Apoio: Open Society Foundations (OSF)

Outubro de 2019

* Bacharel em Teologia pelas Faculdades EST, pastora, mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Apresentação

Este artigo é resultado da reunião estratégica “*Laicidade e Direito ao Aborto: intersecções e conexões entre o debate feminista secular e feminista religioso*”, realizada pela equipe do Projeto “*Trincheira do Aborto Legal no Brasil: enfrentando a crise política e defendendo a autonomia sexual e reprodutiva das mulheres*”, desenvolvido em consórcio pelo Cfemea e pelo Observatório de Sexualidade e Política/ SPW.

Este projeto realizou um conjunto de reuniões com especialistas, e “*Laicidade e direito ao Aborto*” fez parte deste conjunto, no seu caso específico viabilizando o encontro entre mulheres feministas seculares e religiosas de diferentes tradições de fé, envolvidas na defesa da laicidade do Estado e na luta pelo direito ao aborto seguro e legal.

O evento ocorreu nos dias 15 e 16 de abril de 2019, em uma conjuntura caracterizada pela ameaça à vida das mulheres, uma vez que os discursos e práticas misóginas têm se revestido de legitimidade tanto no âmbito da política de Estado quanto no âmbito religioso. Apesar de a Constituição Federal prever a separação entre religião e Estado, a variável “*políticas pelo direito ao aborto*” expõe o quanto esta separação não se concretiza. Diariamente mulheres são criminalizadas por buscar recursos alternativos para a interrupção de gravidez. Em um país de cultura punitivista, como o Brasil, estas mulheres, além de serem estigmatizadas na família, são expostas a uma carga religiosa pesada, em que os adjetivos *criminosa*, *culpada* e *pecadora* se destacam.

A cultura religiosa brasileira está alicerçada em princípios e valores patriarcais que se expressam no autoritarismo, no conservadorismo, na desvalorização da mulher e no clericalismo. Um exemplo da influência da moral católica sobre a sociedade brasileira é apresentado por Prebedon (2007, p. 22) ao lembrar que o comportamento da mulher na primeira Constituição brasileira foi normatizado pela Encíclica Papal *Arcanum Divinae Sapientiae*, de 1880. Esta Encíclica reafirmava os códigos domésticos de Ef. 5.21-24, declarando que o chefe da família era o homem e que cabia à mulher submeter-se ao marido, na qualidade de companheira, a fim de que fosse garantida a sua honestidade, a sua dignidade e a obediência que a esposa devia ao seu marido.

No Código Penal de 1890 foi reafirmada, de maneira categórica, a importância da honra da mulher como condição básica para garantir a integridade das instituições do casamento e da família. Na Constituição de 1934 a Carta Magna contemplou o princípio da “colaboração recíproca” entre Estado e Religião (GIUMBELLI, APUD ORO, 2011, p. 225), abrindo espaço para a atuação das Igrejas em áreas como a

educação, saúde, lazer e cultura (MICELLI, 1988; MARIANO, 2001, p. 146 APUD ORO, 2011, p. 225).

Não surpreende que, para o conjunto da população, não seja problemático o fato de o Estado orientar-se por valores ou dogmas religiosos. Para parte de cristãos e cristãs, por exemplo, reconhecer na bíblia um referencial para o exercício da política de Estado é algo que não causa desconforto.

A porosidade da relação entre religião e Estado tem impactado fortemente a vida das mulheres, em especial no que diz respeito às políticas no âmbito da sexualidade e reprodução humana. Desde a década de 1980, no Brasil, mulheres de diferentes confessionalidades têm se dedicado a elaborar uma teologia que problematize o patriarcalismo religioso. Se naquele tempo as críticas eram direcionadas para as instituições eclesiais, a partir dos anos 1990 esta crítica volta-se também para as relações entre igreja e sociedade e igreja e Estado.

À medida que a participação religiosa tornou-se mais explícita nas diferentes esferas do Estado, a teologia feminista foi sendo desafiada a atualizar-se e identificar estratégias para incidir, tanto no âmbito das instituições eclesiais quanto no da relação entre religião e Estado. Teólogas feministas afirmam a laicidade do Estado como um requisito inegociável para a dignidade da vida das mulheres.

No entanto, compreende-se que estas iniciativas não podem ficar isoladas e restritas ao âmbito das organizações baseadas na fé. Torna-se cada vez mais necessário que teólogas feministas, ativistas feministas e pesquisadoras feministas se encontrem e dialoguem sobre a atual conjuntura religiosa e política brasileira. Entender o conservadorismo religioso e identificar estratégias para enfrentá-lo é crucial tanto para a democracia quanto para a vida das mulheres.

O primeiro objetivo deste Encontro foi o de propiciar, neste contexto de restauração conservadora, um espaço de reflexão e diálogo estratégico entre ativistas do campo feminista religioso e do campo feminista não religioso. O segundo objetivo foi o de fortalecer esta articulação, a fim de garantir a permanência das conquistas alcançadas em décadas de lutas feministas pelo aborto legal e seguro, bem como impedir que os processos conservadores em curso criminalizem ainda mais as mulheres.

A Reunião apontou alguns desafios que necessitam ser assumidos, em especial pelas feministas religiosas. Além disso, identificou estratégias que podem ser trabalhadas entre os dois grupos de feministas, para reagir à atual conjuntura. Tanto os desafios quanto as estratégias são apresentados e aprofundados ao longo deste texto.

Mas o primeiro resultado desta Reunião Estratégica e, talvez, o mais relevante, foi o de conectar diferentes sujeitos políticos que atuam em favor da laicidade e pelo direito ao aborto e possibilitar que se conhecessem. Com isto a *Trincheira* se

fortalece, favorecendo uma articulação entre diferentes iniciativas pelo direito ao aborto legal e seguro.

A primeira parte do texto traz as vozes das mulheres presentes ao diálogo, suas trajetórias, anseios e militâncias. A segunda parte destaca os principais tópicos levantados, sobre a conjuntura nacional, que ameaçam a vida das mulheres. As divergências em relação a algumas compreensões também são apontadas como, por exemplo, alguns dilemas: falar ou não da bíblia? Com mulheres de igrejas, falar diretamente sobre o aborto seguro e legal ou indiretamente, utilizando-se de temas-âncoras como a violência contra as mulheres? Na terceira parte são apresentados conceitos fundamentais relacionados à política sobre o aborto que precisam ser desconstruídos e aprofundados, sendo o principal deles o direito à vida desde a concepção. Na última parte são apresentados os desafios e possíveis estratégias que levem a uma reação organizada e plural frente à onda conservadora que pretende manter as mulheres domesticadas, negando-lhes autonomia e liberdade.

É muito importante agradecer a cada uma das participantes, que compartilharam de forma genuína suas experiências e visões de mundo. A sororidade mostrou-se subversiva. Estão presentes neste texto as vozes das que participamos e também de mulheres como a Pa. Lusmarina Campos Garcia, que representou, em 2018, as mulheres religiosas pró-aborto seguro e legal na Audiência Pública do STF sobre a descriminalização do aborto. Por fim, de maneira especial, é importante fazer memória das mulheres militantes pelo direito ao aborto seguro e legal que precisaram sair do país por causa das ameaças de morte recebidas. E neste ponto lembramos, especialmente, da pesquisadora Débora Diniz e da ativista evangélica Camila Mantovani.

Na Tenda Lilás – subvertendo o patriarcalismo religioso

No ano de 1997 a jornalista e escritora norte-americana Anita Diamant, publicou o livro *a Tenda Vermelha*, que conta a história de Dinah, a filha de Jacó com Lia, uma de suas quatro mulheres¹. Dinah era a única filha mulher, entre seus treze irmãos. Ela é citada uma única vez na bíblia, no livro de Gênesis, capítulo 34. Na história bíblica Dinah não fala em momento algum. Sua vida entrou no relato bíblico porque foi estuprada por Siquém. O estuprador, depois da violência cometida, queria casar-se com Dinah quem, após o estupro, virou objeto de negociação entre Jacó, seus filhos homens e Hemor, pai do estuprador, Siquém. Jacó e seu clã negociaram o pacto matrimonial com Hemor. No entanto, dois dos irmãos de Dinah, Simeão e Levi, romperam o pacto. Após saquearem a cidade, raptaram Dinah da casa de

¹ Jacó foi um dos filhos de Abrão e um dos três patriarcas do Judaísmo: Abraão, Isaac e Jacó. Segundo profecia divina, Jacó, com duas esposas e duas concubinas, gerou doze filhos e uma única filha, Dinah. Sua história é uma das que estão na origem das Doze Tribos de Israel, das quais os filhos homens de Jacó foram líderes.

Siquém. Ao saber do rapto, Jacó lamentou a atitude dos dois filhos, pois temeu ser odiado pelos cananeus² e ferezeus³. Jacó tinha medo de ser vencido em uma possível batalha por não contar com um exército suficientemente numeroso.

Isso é tudo o que a bíblia conta sobre Dinah: vítima de um estupro que originou um pacto matrimonial, um conflito pois foi raptada pelos irmãos e o temor, por parte de seu pai, de perder o sossego nas terras onde seu clã habitava.

Anita Diamant revisitou a história de Dinah, dando-lhe a voz que não teve no relato bíblico. Para isto, recuperou a cultura e os costumes religiosos da época. Na história de Anita Diamant, Dinah tornou-se uma mulher ativa, que foi criada pelas quatro mulheres de Jacó, a quem ela chamava de tias-mães: Lia, Zipah, Raquel e Bilah. Foram estas quatro mulheres que contaram a Dinah as histórias sobre suas ancestrais, ensinaram-lhe sobre os segredos das ervas, os mistérios dos corpos das mulheres e sobre o parto. Dinah tornou-se parteira. Com Bilah, aprendeu a história das Deusas, em especial Uttu, filha do deus da lua, Nanna, com a deusa Ninhursag, mãe das planícies. Uttu queria ensinar as mulheres a fiar e a tecer para que parassem de sofrer ao ver seus filhos morrerem de frio. Em sua trajetória, Uttu encontrou Enhenduanna, a quem ensinou as artes da tecelagem e da cerâmica, da música e do vinho. Na Tenda Vermelha, Dinah aprendeu sobre a história das ancestrais e das deusas. A Tenda Vermelha era o lugar onde as mulheres ficavam em seu período menstrual, quando iriam dar à luz ou quando adoeciam. Era o lugar das cumplicidades e do cuidado, em que se mantinham atualizadas as tradições religiosas das deusas que, entretanto, foram sendo gradativamente suprimidas à medida que se formava a ideia de um único Deus (o de Jacó) – El: um deus ciumento e vingativo.

A experiência da reunião estratégica *“Laicidade e Direito ao aborto: intersecções e conexões entre o debate feminista secular e feminista religioso”* remete à história da Tenda Vermelha porque foi um momento de encontros entre diferentes experiências e trajetórias relacionadas à garantia do direito das mulheres decidirem sobre seus corpos, sobre suas vidas e suas espiritualidades. A cor da tenda, vermelha, remete ao sangue, presente no ciclo menstrual e no parto. Aqui, a Tenda será Lilás, porque irá nos remeter a outro período histórico, um tempo em que mulheres denunciavam a relação simbiótica entre o controle de seus corpos e o sistema capitalista, que se legitima através dos mecanismos de controle e submissão desenvolvidos, ao longo de séculos, pela religião patriarcal presente, principalmente, nas tradições

2 Cananeus eram os habitantes do reino antigo de Canaã, que dominava muitas cidades-estado localizadas no litoral e nas planícies da Palestina. Os deuses cananeus estão ligados aos ciclos da natureza, através de sua morte e seu renascer. Os deuses eram compreendidos com a causa dos ciclos da natureza. Muitos elementos da tradição religiosa cananéia influenciaram a tradição religiosa do antigo Israel. (SCHMIDT, Werner, 2004, p. 220-222)

3 Os Ferezeus, ou Perizeus (em hebraico: יזרפתי), são um grupo de pessoas mencionado diversas vezes na bíblia como tendo habitado Canaã antes da chegada dos Judeus (Wikipedia).

monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islã. A cor lilás é uma cor político-feminista, porque lembra nossas ancestrais operárias, camponesas, migrantes, tecelãs, negras, brancas, indígenas. É reafirmando a força viva destas ancestrais que compartilhamos o diálogo ocorrido na Tenda Lilás do Projeto Trincheira.

Participaram do diálogo aproximadamente 20 mulheres. Entre estas praticantes das tradições de fé afro-brasileiras (Candomblé e Umbanda), Budismo, Cristianismo (católicas e evangélicas) e Wicca. Entre as religiosas, a maioria se autoidentificou como feminista, e as que não se reconheceram como feministas estavam abertas ao diálogo. Outras estavam na fronteira entre atuar em espaços religiosos e não religiosos: são as experiências ecumênicas e inter-religiosas que possibilitam viver espiritualidades tecidas pelo diálogo e pelo convívio entre diferentes tradições. Também estavam presentes mulheres que cresceram em ambientes familiares religiosos, mas que romperam com esta tradição familiar, justamente por não aceitar a hermenêutica sobre a experiência do sagrado que não possibilita a autonomia das mulheres e que as coloca em posição de inferioridade em relação aos homens. Na Tenda Lilás estavam mulheres sem pertença religiosa: foram estas que organizaram a Tenda e possibilitaram este momento de troca, reflexão e subversão.

Na Tenda Lilás o primeiro diálogo foi sobre ter fé e ser feminista

A conversa livre e aberta foi a principal característica deste encontro entre experiências que o patriarcado religioso insiste em classificar como divergentes, mas que se revelaram extremamente convergentes. Esta foi a primeira subversão, porque rompeu com uma das principais estratégias do patriarcalismo religioso que é a de opor mulheres religiosas e mulheres feministas.

As mulheres que vivem sua experiência com o sagrado, com os sagrados e com as sagradas destacaram a importância de reunir grupos que, historicamente, foram levados a não dialogar, sob o argumento de que feministas são mulheres que desobedecem a um sistema milimetricamente organizado e ordenado hierarquicamente. Estas seriam a Eva, aquela que ousou experimentar o conhecimento do bem e do mal, enquanto mulheres religiosas seriam as que não romperam com o sistema, permanecendo submissas e obedientes à hierarquia e cumprindo seu papel social do cuidado mesmo que, para isto, tivessem que se anular. Estas últimas representam a dócil Maria, apagada, silenciada. E aqui residiu a segunda subversão: apesar de nos admitirmos como mulheres com experiências diferentes, visões de mundo diferentes, houve ali um reconhecimento dos desafios comuns, como a opção por posturas que questionam os pressupostos masculinos sobre as mulheres, sobre o mundo e sobre Deus. Portanto, ambas são “Evas” e ambas são “Marias”, uma mulher que também transgrediu, em seu tempo, normas comportamentais, sociais e religiosas.

“Quem são as mulheres feministas”?

A esta indagação as feministas seculares respondem: *“São mulheres que compreendem que o sistema religioso patriarcal se alia ao capitalismo. Que o patriarcalismo religioso estabelece as bases para o controle dos corpos das mulheres, elaborando a doutrina de que cabe às mulheres comprimir sua missão principal que é a reprodução humana”*.

Teólogos do sistema estabelecem dogmas que articulam as experiências masculinas do sagrado como universais. A fim de manter o poder, a ordem, as hierarquias e o funcionamento do sistema patriarcal, assumem o papel de guardiões de uma única e exclusiva interpretação da experiência de Deus. O controle dos desejos, da sexualidade e do corpo das mulheres é central para esta manutenção.

Não é por acaso que a doutrina cristã da Trindade foi elaborada a partir da concepção de um Deus que é Senhor e Pai, que se relaciona com o seu Filho, Jesus Cristo, que é Deus Filho. Ambos governam, juntos, um Reino no qual o poder é enviado de cima para baixo apenas para aquelas pessoas que se submetem à onipotência e onipresença de um Senhor/Pai que sabe mais do que todos. Tanto o criador quanto o redentor são experimentados e conceituados, explicitamente, como seres à imagem dos homens. O Espírito Santo (que foi tornado masculino, uma vez que em sua versão hebraica é *Ruah*, palavra feminina que remete à Sabedoria) é o que sustenta e santifica os esforços dos homens, que buscam viver com sentido e bem na terra (HEYWARD, Carer, 1997).

Esta elaboração teológica é uma afronta para feministas cristãs e torna-se uma das tensões mais difíceis por elas vividas. Por isto a teologia feminista assume a tarefa de elaborar a experiência com o sagrado a partir das situações concretas, de vida, das mulheres. São mulheres falando e elaborando teologia sobre si mesmas e não sobre os outros. A teologia feminista suspeita da arquitetura traçada pelo sistema religioso patriarcal e não aceita este sistema. Diferente da teologia patriarcal, não há a pretensão de universalização das experiências das mulheres em relação ao sagrado. Reconhecer as multiplicidades das experiências é uma característica da teologia feminista. A separação entre bom, mau e verdadeiro não faz parte do escopo da hermenêutica feminista.

Mulheres feministas que optam pela experiência de fé cristã compreendem que a universalidade de uma análise teológica está enraizada tanto na profundidade, como na integridade e na legitimidade das diferentes experiências de Deus. Por isso não se furtam de dialogar e repensar seus conceitos para assumir novos discernimentos e mudanças de percepções. A partir disso surgem experiências importantes como Católicas pelo Direito de Decidir, a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, entre outras. Estas mulheres, no entanto, vivem em um “não lugar” uma vez que são rejeitadas, tanto nos ambientes religiosos quanto nos movimentos sociais, que as veem com desconfiança e estranheza.

Nas tradições afro-brasileiras os tensionamentos com o patriarcalismo também estão presentes. Existe machismo nos terreiros. Entretanto, agrega-se a este tensionamento outro elemento, pouco abordado pelas feministas cristãs, majoritariamente brancas: o racismo e a experiência da escravização que não foi superada, e muito menos reparada.

O assunto central no diálogo desta Tenda Lilás, o direito ao aborto legal e seguro, apresenta questões difíceis para o Candomblé, não tanto no sentido dogmático, mas nas experiências pessoais com os Orixás. Na experiência religiosa afro-brasileira não cabe julgar a ação das pessoas, porque não existem destinos imutáveis ou a ideia de condenação. O direito ao aborto está no âmbito da liberdade que a mulher tem de decidir sobre seu corpo. O importante, neste caso, é como ela negocia na sua tradição. Diferente do cristianismo, nas tradições afro-brasileiras as Casas de Santo têm autonomia no trato desta questão. Entretanto, temas como o direito ao aborto seguro vêm provocando, por vezes, sérios tensionamentos nas Casas de Santo, refletindo influências e impactos da onda conservadora.

A Tradição Wicca compreende que não há oposição nas figuras do Deus e da Deusa, mas sim uma polaridade complementar. Esta experiência de fé compreende a interação entre os princípios físicos e espirituais, que interagem com a natureza celebrando os ciclos da vida. No aspecto moral esta tradição admite que as pessoas são livres para tomarem suas decisões, desde que com responsabilidade.

No Budismo a condição humana transcende a condição de gênero. Não existe a ideia de pecado, mas de pureza primordial. Sabe-se que na concepção existe uma vida surgindo e admite-se a liberdade de destinar um nascimento. Institucionalmente o budismo também teve questões com patriarcalismo, podendo ser monástico e leigo [japoneses, chineses, tibetanos]. No Brasil é eminentemente leigo.

Na Tenda Lilás o segundo diálogo foi sobre ser feminista e não ser religiosa

Porque mulheres feministas não religiosas se abrem para o diálogo com quem é religiosa e reconhecem a possibilidade da convergência entre duas dimensões apresentadas historicamente como antagônicas? Mulheres feministas não religiosas compartilharam o processo de formação de suas identidades. Entre estas havia as que cresceram em ambientes familiares religiosos, principalmente cristão, mas na medida em que foram compreendendo a lógica patriarcal presente nesta tradição romperam com ela, entendendo que a religião é um instrumento de opressão e submissão das mulheres. Para estas não havia como conciliar tradição de fé com a descoberta feminista do direito à autonomia e à independência. Outras nunca foram religiosas, porque cresceram em famílias ateias e/ou comunistas, sem esta vivência. No entanto, o contexto brasileiro atual no qual a religião, especialmente a cristã, tem sido cada vez mais um instrumento de condenação e negação dos direitos das mulheres, faz com estas feministas passem a observar este fenômeno,

compreendendo que a religião está repercutindo em tudo e aprisionando as mulheres ao (e no) ambiente doméstico.

O avanço da presença de elementos da religião patriarcal nos espaços institucionais do exercício da política está fortemente relacionado com a fragilização da democracia. A pergunta que feministas sem religião fazem é se as religiosidades podem somar forças na busca de uma democracia que reconheça e valorize as mulheres como sujeitos políticos, portadoras de direitos e com autonomia para decidirem sobre seus corpos. É ainda possível pensar num Estado laicizado, onde as religiões não fazem parte do aparato estatal? Um Estado que respeite a diversidade religiosa de sua população, protegendo-a de todas as formas de discriminação religiosa?

O teólogo iraniano Ali Scharyati caracterizou a religião como um fenômeno assombroso que desempenha funções contraditórias na vida das pessoas. Ela pode destruir ou revitalizar, pode alienar ou despertar, pode escravizar ou emancipar, ensinar docilidade ou rebeldia. A pergunta das feministas não religiosas é sobre como fortalecer as dimensões das tradições de fé que contribuam para a emancipação e a rebeldia das mulheres a fim de que compreendam criticamente os sistemas religiosos misóginos.

Feministas não religiosas chamam atenção para o fato de que o conservadorismo religioso rouba a vida das mulheres, na medida em que usurpa poder, disputa recursos públicos e, em muitos casos, participa de esquemas de corrupção. Reivindicam que a ética não é uma prerrogativa religiosa, e que princípios éticos estão presentes no universo laico.

A Tenda Lilás e seu contexto religioso – social - político – econômico

A Tenda Lilás, tal qual a Tenda Vermelha retratada por Anita Diamant, está inserida em um contexto social, religioso e econômico. Analisar este contexto, e compreendê-lo, é indispensável.

Uma das principais características do atual contexto brasileiro é a organização e articulação político-partidária de expressões do patriarcalismo religioso. Tal vinculação tem crescido nos últimos dez anos e se apresenta como um divisor de votos desde a reeleição do ex-Presidente Lula. Se até as eleições de 2014 a análise desta ascensão centrava-se nos números de candidatos eleitos por grupos religiosos e por causa das bandeiras religiosas que defendiam, o processo eleitoral de 2018 exige que se observe as mudanças de estratégia adotadas para a realização do projeto político-religioso-econômico.

Desde que a representação religiosa no Congresso Nacional começou a chamar a atenção e a se organizar organicamente, as análises focam os projetos e objetivos da Frente Parlamentar Evangélica. Com exceção do movimento feminista, poucas foram as análises críticas da articulação católico-romana nos espaços de

representação política. Nesse sentido, há um reducionismo nas avaliações sobre a presença religiosa no parlamento. A grande maioria destas avaliações problematiza a presença evangélica, mas não observa que há três forças religiosas no Congresso: católica-romana, espírita e evangélica. Se em muitos aspectos há divergências entre estas forças por causa de doutrinas e dogmas, elas se articulam em torno de alguns temas comuns, entre estes o combate à pauta do direito ao aborto seguro e legal, sob a defesa do direito à vida desde a concepção e à pauta da criminalização da LGBTQIfobia.

Esta mesma articulação acontece na disputa por concessões dos meios de comunicação estatais (rádios e tvs) e pela gestão de serviços públicos, de que são exemplo as Comunidades Terapêuticas Religiosas. São comunidades que surgiram como espaço de acolhida, apoio e tratamento para pessoas dependentes químicas, mas que estão se configurando como ambientes de violação de direitos humanos onde se pratica proselitismo financiado pelo Estado. Embora existam comunidades terapêuticas que realizam seu trabalho de forma séria, respeitando procedimentos como o de garantir às pessoas que buscam ajuda o acesso a profissionais qualificados, muitas delas vêm se transformando em lugares de experimentos como, por exemplo, a “cura gay”. No encontro estratégico foram citados casos em que mulheres dependentes químicas, grávidas, foram mantidas presas nestas comunidades até o final de sua gestação para que não abortassem.

Observando os dados e as estratégias adotadas no processo eleitoral de 2018 nota-se que, à diferença dos pleitos anteriores, houve diminuição de candidaturas identificadas como confessionais. Na maior parte das candidaturas com representação religiosa este vínculo não foi declarado ao Tribunal Superior Eleitoral. Um dado definidor desta estratégia vem do pleito anterior, onde foi alto o número de parlamentares federais religiosos envolvidos em escândalos de corrupção eleitoral.

A pesquisadora Christina Vital criou a expressão “*Aliados dos Evangélicos – ADE*” ao analisar as estratégias de grupos religiosos nas eleições de 2018. O ADE é aquele candidato ou candidata que, no jogo de ocultação e revelação de suas bases religiosas, busca alcançar um público maior.⁴ Esta estratégia surgiu após perdas significativas de votos de candidaturas confessionais nas eleições de 2014. Esta estratégia obteve êxito porque 180 parlamentares federais que comungam da visão de mundo religiosa foram eleitos em 2018. Além disso, elegeram o presidente e alguns governadores, sendo um deles, Witzel, no Rio de Janeiro. Neste estado, destaca-se que 30% dos/as deputados/as federais eleitos são evangélicos/as.

Chama atenção o fato de que Jair Bolsonaro e sua equipe souberam manipular com eficácia símbolos religiosos cristãos. Bolsonaro se apresenta como católico romano. No entanto, isso não impediu que ele se batizasse nas águas do Rio Jordão sem

4 <http://www.justificando.com/2018/12/06/como-as-candidaturas-evangelicas-ajudaram-a-eleger-bolsonaro>

abdicar de seu batismo, realizado na Igreja Católica Romana quando criança. Para algumas igrejas pentecostais e neopentecostais, quando uma pessoa se converte para alguma tradição pentecostal ela deve ser rebatizada, porque o batismo anterior foi realizado quando ela ainda não tinha capacidade de reconhecer a sua fé em Jesus Cristo. O batismo nas águas, portanto, é realizado com pessoas adultas, novas convertidas, que abdicam de sua fé anterior por compreenderem que apenas agora estão preparadas para assumir a fé em Jesus Cristo. Não abdicando de seu primeiro batismo (católico romano) e aceitando o batismo nas águas, Bolsonaro recebeu o apoio da base conservadora católico-romana e da base conservadora evangélica, não apenas a neopentecostal, mas também as pentecostais e as do assim chamado protestantismo histórico. Ele tem atendido a todas essas bases cristãs conservadoras que o apoiaram. Haja visto que a Secretária da Família nomeada é Ingrid Gandra, integrante ativa da União de Juristas Católicos de SP. Segundo Gandra, a fé não impede a convivência e o pluralismo. Seu discurso é sofisticado e ela afirma que pretende trabalhar não a partir de convicção religiosa, mas da cidadania, do profissionalismo e da abertura ao diálogo. Compreende que homens e mulheres têm o mesmo direito, apesar da **diferença natural**. Seu foco é a família em termos sociais, econômicos e de sustentabilidade de relações. No que diz respeito ao direito ao aborto, sua retórica é a de “*acolher a vida*”. Faz um jogo de palavras, dizendo não trabalhar contra o aborto, mas pela vida.

O batismo de Bolsonaro sela, ainda, a aliança com movimentos cristãos sionistas que, segundo o pesquisador Robert Smith, são movimentos de interpretação bíblica que surgiram entre 1500 e 1600, num contexto em que protestantes ingleses sentiam-se duplamente ameaçados. De um lado, as ameaças vinham da Igreja Católica Romana e, de outro, do Império Otomano. Originalmente a teologia sionista cristã é anti-católica romana e anti-islâmica. Esta teologia reconhece os judeus como aliados em um drama apocalíptico. Atualmente o sionismo cristão é uma teologia que compreende que a força imperialista é necessária para preservar a verdade teológica do Estado de Israel, que funciona como um governo regional para garantir os interesses americanos e europeus no Oriente Médio. Para Smith os sionistas cristãos são uma espécie de religiosos da corte que servem a interesses militares e corporativos, fornecendo legitimação religiosa para a violência de Estado⁵.

É importante observar que os tentáculos religiosos conservadores se expandem para além do executivo e do legislativo. Também se articulam no judiciário. Entre magistrados e promotores crescem as associações religiosas. Destaca-se que os principais promotores à frente da Operação Lava Jato são assumidamente evangélicos. Em outubro de 2018, a Frente Parlamentar Evangélica lançou o “*Manifesto à nação – O Brasil para os brasileiros – Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor*” (Sl 33.12b)⁶.

5 <https://novosdialogos.com/artigos/sionismo-cristao-como-extremismo-cristao/>

6 <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>

Este Manifesto é apresentado como um documento programático com uma agenda mínima que restitui o Estado ao povo brasileiro. O Manifesto destaca que 45 milhões de eleitores brasileiros professam a fé evangélica e que, portanto, é necessário um programa político que atenda às demandas desta população. O Programa tem como um dos principais objetivos a preservação dos valores cristãos e a defesa da família, dividindo-se em quatro eixos de princípios, cada qual dividido em 16 diretrizes. Os quatro eixos do Programa são: modernização do Estado, segurança jurídica, segurança fiscal e revolução na educação.

Destaca-se o Eixo IV do Manifesto: Revolução na Educação. Este é o eixo que garantirá a sustentabilidade dos ganhos e avanços dos demais eixos. A “*revolução*” na educação pretende valorizar e incentivar o mérito em todo o sistema educacional como condição do sucesso individual. Segundo o Manifesto, a destruição dos valores e princípios do mérito escolar e acadêmico-universitário contribuiu para a violência contra a civilização judaico-cristã, atingindo o cristianismo. A garantia da “*Revolução na Educação*”, segundo o Manifesto acontecerá via:

- » Escola sem ideologia e partido;
- » combate à “*ideologia de gênero*”, compreendida como a mais nova invenção do pensamento totalitário, porque investe na subversão de todos os valores e princípios de civilização;
- » proteção da “*inocência infantil*”, compreendendo que há um ataque às crianças, adolescentes e famílias com o objetivo destruir os alicerces da civilização;
- » ensino moral como conteúdo transversal em todas as disciplinas, a fim de universalizar o respeito à vida da pessoa humana individual;
- » ensino formal como instrução pública entendido como essencial, desde que transmita “*espírito reto na direção da moralidade*”;
- » realização de auditoria independente no Ensino Superior, em especial no PROUNI, FIES, SISU, PRONATEC;
- » aliança do Ministério da Educação com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal para imprimir lisura, transparência e sustentabilidade ética e cívica.

O Manifesto dialoga com o sionismo cristão chamando atenção para a “*ameaça*” representada pela presença muçulmana no Ocidente. Segundo o Manifesto, a raiz e o alicerce da civilização ocidental é a cultura judaico-cristã. Reforçam-se, com isto, as teorias conspiratórias de que o Ocidente estaria sob ameaça muçulmana. Para tanto, a defesa dos valores judaico-cristãos significa a resistência à ameaça islâmica.

Nota-se que a articulação religiosa conservadora não é um fenômeno isolado. É uma articulação internacional, bem organizada, com elaborações teológicas nada consistentes, mas eficazes em preparar o terreno para o autoritarismo da governança

neoliberal. Esta articulação entre conservadorismo religioso e neoliberalismo serve também como resposta à erosão da moralidade no capitalismo. Em outras palavras, os princípios morais conservadores servem como contrapeso ao caos promovido pelas políticas neoliberais. (LACERDA, 51-52, 2019).

Uma das centralidades do projeto neoliberal-religioso-conservador é o controle dos corpos das mulheres e sua “*redomesticação*”. Neste sentido é importante lembrar que o Alerta Feminista/ 2018 - lançado pela Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto⁷, chama atenção para a importância de se traduzir os conceitos e argumentos presentes nas propostas legislativas, cujo objetivo é impedir o acesso ao aborto legal e seguro.

Nota-se um percurso de mudança da perspectiva discursiva conservadora no Congresso Nacional. Os conservadores estão se apropriando da Ciência para tornar seu discurso mais crível e aparentemente fundamentado. Exemplo disto é o uso distorcido do discurso sobre a bioética, utilizado para fundamentar a personalidade jurídica do embrião.

No âmbito dos direitos humanos, Steil e Toniol (2012, p.76) observam que a compreensão de direitos humanos se ampliou, incluindo novas frentes, transcendendo a fronteira da luta por justiça social para os pobres. As novas questões levantadas por movimentos feministas e LGBTQI+ incluem temas como sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. Com isso, ocorre uma disputa simbólica em relação à compreensão de um conceito caro ao movimento de direitos humanos, o da defesa da vida. Este conceito, que historicamente foi utilizado nas manifestações de mobilizações em favor de pessoas presas e desaparecidas políticas e na reivindicação do direito das pessoas pobres de acessar políticas de bem estar social, foi gradativamente sendo sequestrado e resignificado por grupos religiosos que assumiram, no âmbito do movimento de direitos humanos, bandeiras de defesa irrestrita dos direitos do embrião, da heterossexualidade e da família (STEIL, TONIOL, 2000, p. 76). Este deslocamento demonstra que existem tensionamentos e disputas sobre a natureza dos direitos humanos.

Na questão do aborto, portanto, há disputas simbólicas, em especial, no que diz respeito ao começo da vida. Portanto, não bastam os argumentos científicos, jurídicos ou sociológicos. É no âmbito do simbólico que os patriarcalistas religiosos se agarram para que as pautas contrárias ao aborto legal e seguro tenham apelo popular. Para isso, utilizam-se de muitos recursos emocionais como os protótipos de feto, vídeos apelativos e imagens distorcidas sobre a prática do aborto. Não menos importante é a manipulação de preceitos bíblicos. A associação do quinto mandamento que diz, “*Não matarás*”, à proibição do aborto, é uma destas manipulações. No contexto bíblico, este mandamento não tem relação alguma com a prática do aborto, mas

⁷ http://www.cfemea.org.br/images/stories/Alerta_Feminista_AMB_ago17.pdf

sim com os conflitos decorrentes das desigualdades sociais e econômicas vividas pelo povo hebreu.

Aliás, o aborto não é um tema bíblico. Como apontou a Pa. Lusmarina Campos Garcia na audiência do STF sobre a ADPF 442 existem apenas dois textos no Primeiro Testamento que fazem referência à prática do aborto. O primeiro, em Êxodo 21:22-23, determina que se uma mulher, por estar envolvida na briga entre o seu marido e outro homem, for ferida e abortar, o agressor deve pagar uma indenização para o marido. No versículo seguinte, o texto continua dizendo que se do conflito resultar um dano grave à mulher, aí sim o agressor deve ser punido pela lei do Talião: olho por olho, dente por dente, pé por pé, queimadura por queimadura, ferida por ferida, golpe por golpe (Êxodo 21.23). Isto significa que, à época, a perda do feto em decorrência de uma agressão sofrida não era considerada grave e passível de penalidade maior, uma vez que o feto não era considerado um “*ser vivo*”. O segundo texto é o de Números 5:11-34, que relata um aborto ritual praticado pelo sacerdote. Se o marido ficasse com ciúmes da sua esposa e não pudesse comprovar a infidelidade dela por meio de testemunhas, poderia praticar o ritual de ordália. Este ritual obrigava a mulher, supostamente infiel, a tomar águas amargas. Ela era forçada a ingerir “*cadaverina*”, elemento que se encontra em matéria orgânica morta. No santuário do Templo hebreu, animais eram sacrificados diariamente. As águas amargas estavam misturadas com esse pó do santuário. Se a mulher abortasse depois de ingerir a água, estava comprovado que ela tinha sido infiel e o marido podia puni-la, inclusive com a morte por apedrejamento. Ressalte-se que a punição era por causa da infidelidade e não por causa do aborto realizado. No Segundo Testamento há apenas uma menção à palavra “aborto”. Em I Coríntios 15:8 o apóstolo Paulo refere-se a si mesmo, de maneira metafórica, como “*um aborto*”, pois era “*o menor dos apóstolos*”. Assim como no Primeiro Testamento, também no Segundo Testamento não existe menção alguma relacionada à proibição do aborto.

Em um diálogo como este se percebe, como desafio importante, a cooperação mútua para compreender a manipulação destes simbolismos e identificar instrumentos que contribuam para desconstruí-los.

Na Tenda Lilás elaboram-se pautas feministas com provocações para as teologias

O encontro da Tenda Lilás possibilitou que nos conhecêssemos. As experiências compartilhadas nos transformaram. Não saímos as mesmas desta Tenda. No entanto, a realidade urge e exige que este encontro não se transforme em lembranças, mas que desencadeie processos capazes de romper com as barreiras, em especial, das tradições de fé, que impedem de falar livre e abertamente sobre o aborto. Para enfrentar a teologia patriarcal conservadora são necessárias teologias feministas inter-religiosas, elaboradas nas margens, porque é nas margens que estão as mulheres e é aí que querem nos manter.

Um primeiro desafio é afirmar a seriedade da Teologia Feminista e reconhecê-la como área do conhecimento. Se inicialmente esta teologia se caracterizou como cristã, é necessário que ela se torne candomblecista, umbandista, wicca e budista.

As teólogas e pastoras cristãs com ordenação têm um papel importante a ser assumido, que é o de afirmar sua autoridade religiosa para que, a partir desta autoridade, possam dizer o que é pecado e o que não é pecado e libertar as mulheres das culpas. Até o momento são exclusivamente os homens teólogos cristãos conservadores que estão definindo o que é e o que não é pecado e onde a vida começa. Porém sabemos que a definição de onde se inicia a vida não cabe a eles, porque a vida é mistério. A resposta teológica para esta pergunta poderia ser a de que a vida se inicia nas relações de respeito e solidariedade que os seres humanos estabelecem entre si e com o meio ambiente. Isto porque a experiência com o sagrado é uma experiência em relação. Da mesma forma, não cabe exclusivamente a eles definir o que é ou não pecado, quem deve ou não ser condenado. Antes da condenação está a graça, um dom de Deus mediante o qual qualquer condenação religiosa perde validade.

Uma segunda provocação diz respeito à laicidade do Estado. Cabe ao Estado responder como reconhece e viabiliza a separação com relação à religião. O Estado brasileiro nunca deixou de ser tutelado por igrejas, com poder econômico e político. Esta tutela interfere diretamente na pauta dos direitos humanos. É importante lembrar que o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNHD 3) não se concretizou por pressão de algumas igrejas, sobretudo a católica, sobre o poder executivo. O Governo cedeu a esta pressão e o PNDH 3 teve seu texto alterado nos aspectos relacionados ao direito ao aborto seguro e legal e aos direitos LGBTQI+. Neste ponto é importante chamar atenção para a relação de subordinação do Estado em relação às igrejas, também nas gestões do PT. Esta não é, portanto, uma característica da direita, pois também a esquerda instrumentalizou as religiões para fins políticos.

É importante que teólogas feministas ampliem suas pesquisas e análises sobre a bioética. Este tema é decisivo para a vida das mulheres e o direito ao aborto legal e seguro. Os representantes dos grupos religiosos conservadores compreenderam que manipulando e se apropriando desta pauta conseguem se tornar mais críveis.

Os problemas relacionados à falta de mecanismos que garantam que o Estado seja efetivamente laico se revelam nestas interferências religiosas nas políticas públicas. A laicidade garante que o Estado não interfira nos ritos, doutrinas e práticas religiosas. Por outro lado, a laicidade do Estado também impede que doutrinas religiosas sejam impostas ao conjunto da população. Ao querer transformar uma doutrina religiosa em norma legal, ampliam-se os mecanismos de condenação moral das mulheres.

O direito à vida desde a concepção é uma compreensão do Magistério Católico Romano que, segundo o Papa João Paulo II, deve valer para toda a humanidade, sendo ela católica romana ou não. É a partir deste Magistério que se desenvolve

a doutrina da defesa da vida do nascituro. Não haveria problema no fato de a Igreja Católica Romana defender o direito do nascituro, desde que fosse no seu âmbito interno. O que não pode acontecer é impor uma concepção doutrinária confessional ao conjunto da sociedade, desconsiderando o direito da mulher à vida e a responsabilidade do Estado em zelar pela vida das mulheres.

Se o direito à vida desde a concepção e a doutrina da defesa da vida do nascituro são prerrogativas católicas, pergunta-se: em que momento as tradições protestantes do cristianismo assumiram essa concepção? Será que de fato as tradições protestantes adotaram o direito à vida desde a concepção e a defesa da vida do nascituro como partes centrais de seu escopo doutrinário?

No Candomblé, a ideia de que a vida começa na concepção é tão evidente que a discussão não é realizada. No entanto, nos Terreiros, procura-se trabalhar numa perspectiva de redução de danos, chamando atenção para as mortes maternas. Com isto consegue-se mostrar que uma lei restritiva em relação ao aborto não protege a vida. Este movimento é possível porque o fato de reconhecer que a vida começa desde a concepção não faz com que esta questão se torne um tema moral. O aspecto moralizante da concepção se inicia com a convivência com o cristianismo.

A pressão, por parte de grupos religiosos, para transformar em lei um aspecto doutrinário, remete a Daniele Hervieu-Léger (2008, p. 229). Para esta autora qualquer grupo que reivindique o direito de impor seus valores para o conjunto da sociedade precisa, antes, analisar se tais valores são compatíveis tanto com o Estado de direito quanto com o universo de valores que podem, unicamente, garantir-lhe o exercício efetivo do direito que reivindica. Neste sentido, em um Estado laico, compreende-se que a doutrina religiosa de um determinado grupo de fé não pode ser imposta, justamente porque fere um princípio importante da laicidade do Estado, que é o de que o Estado não pode estabelecer relações de privilégios ou de exclusividade com uma determinada tradição de fé. Cabe ao Estado zelar para que todas as pessoas, religiosas ou não, sejam tratadas com igualdade.

Embora entre as mulheres feministas cristãs reunidas na Tenda Lilás não tenha havido um consenso sobre o papel da bíblia neste debate, não se pode ignorar que a teologia feminista desenvolveu sua hermenêutica própria. A hermenêutica bíblica feminista é importante para desmascarar o patriarcalismo religioso. Derrubar as interpretações bíblicas utilizadas para fundamentar a restrição de direito para as mulheres é uma contribuição importante que o movimento feminista cristão pode oferecer ao movimento feminista não religioso.

Por fim, outra provocação é a de que precisamos compreender e identificar melhor as características do fundamentalismo e do dogmatismo religiosos no Brasil. As origens internacionais e as características gerais deste fenômeno são conhecidas. Mas o fundamentalismo religioso assume características específicas na cultura brasileira. Analisar a relação entre fundamentalismo religioso e a cultura autoritária

e dos coronelismos, presentes em diferentes regiões do país, é um dos aspectos a serem aprofundados. A aliança que se estabelece entre a cultura racista, misógina e LGBTQIfóbica é outra característica.

É preciso ampliar a Tenda Lilás

Este foi o início de uma experiência que continua diariamente em outros encontros planejados ou não planejados. Apesar de reconhecer os avanços em torno da pauta do direito ao aborto legal e seguro e o quanto este tema está rompendo barreiras, compreendemos que é necessário e urgente ampliar a Tenda Lilás. Ela precisa ser estendida em todo o País, como um espaço de resistência, fortalecimento e articulação das mulheres.

Identificamos obstáculos importantes pela frente, não apenas no âmbito legislativo, mas também religioso. Em 2020, o tema da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica Romana será pró-vida. Recentemente a CNBB lançou um livro com o título *“Homem e Mulher: Deus os criou”*. O texto apresenta um discurso de guerra às mulheres e ataca a primeira, segunda e terceira ondas feministas, afirmando que o movimento feminista não representa as mulheres, mas que é expressão da *“ideologia de gênero”*. Segundo o texto, o movimento feminista introduz corrupção.

As expressões patriarcais, principalmente do cristianismo, estão articuladas e têm acesso ao poder econômico e político. Cabe a nós, mulheres feministas cristãs, um papel importante que é o de declarar que a guerra contra o movimento feminista é uma guerra contra todas as mulheres.

A Tenda Lilás precisa ser ampliada e contribuir para uma sociedade com menos religião. Por parte das cristãs sentiu-se um anseio por *“salvar”* o cristianismo dele próprio. Problematizou-se pouco a presença e a influência pública da religião. Contribuir para que o Brasil secularize as mentes das pessoas é uma tarefa das feministas religiosas. Não é possível ficar de braços cruzados frente à naturalização da presença religiosa na sociedade.

Em pleno século XXI grupos religiosos querem recuperar o papel que desempenhavam no século XVI, ou seja, o de ser uma *“agência reguladora do pensamento e da ação”* e de ter o monopólio de legitimação última da vida individual e coletiva (BERGER, 2011, p. 147). Ao contrário do que se diz, o processo de secularização não é nocivo para as tradições de fé. Este processo pode contribuir para que as organizações religiosas repensem sua presença na sociedade, reflitam de forma autocrítica sobre suas práticas e se abram também para os contextos históricos. Foi o processo de secularização que possibilitou revelar as tensões provenientes de um tempo em que o poder eclesiástico abençoava as atrocidades da repressão política e da exploração social (HABERMAS, 2012, 129).

Temos a tarefa urgente de fortalecer mecanismos capazes de romper com a ideia de que o aborto é um ato de crueldade. Para isso é necessário fortalecer os argumentos de que o aborto é direito e não crime. As tradições cristãs não têm o monopólio de valores como a compaixão ou o acolhimento. Estes valores são universais e são defendidos por inúmeras pessoas, sendo elas religiosas ou não.

Ampliar a Tenda Lilás para ir "*Além da Religião*", segundo o Dalai Lama. É preciso tornar possível uma ética secular, orientada no cultivo de espiritualidades e valores internos, independente do caminho religioso ou não religioso que se seguirá. A ampliação da Tenda Lilás é urgente, porque não se pode negligenciar o risco do aborto ser terminantemente proibido no Brasil, em curto prazo. Ampliar a Tenda Lilás é urgente, para que o Brasil não se torne uma espécie de Gilead⁸ fora da ficção.

8 Referência ao país fictício do livro "O Conto da Aia" de Margaret Atwood. Gilead, que outrora foi os Estados Unidos da América, banuiu universidades, jornais, livros, filmes e o direito à defesa. As mulheres deste país não têm direitos e são divididas, pelo Estado, em categorias, como as de esposas e de aias. As primeiras são as salvadoras e as segundas, que pertencem ao Estado, têm a função única de procriar. Em Gilead as políticas de Estado são definidas pela religião patriarcal.

Bibliografia

BERGER, Peter. O Dossel Sagrado. Elementos para uma Teoria Sociológica da Religião. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2011.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, São Paulo: Paulus, 2002.

CAMPOS, Garcia Lusmarina. Memorial para audiência pública no âmbito da ADPF 442, in http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/ADPF442ISER_STF20180706T1216.pdf, acesso em 18/08/2019.

HABERMAS, Jürgen. Fé e Saber. São Paulo: UNESP, 2013.

HABERMAS, Jürgen. Mundo de la vida, politica y religión. Madrid: Ed. Trotta, 2012.

LACERDA, Basso Mariana. O Novo conservadorismo brasileiro – de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre : Ed. Zouk, 1. Edição, 2019.

LÉGER-Hervieu, Daniéle. O Peregrino e o Convertido. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Oriente – algumas considerações. In: Civita. Porto Alegre, vol. 11 n. 2. P. 221-237, mai/ago, 2011.

PREDEBON, Luize. Aborto no Brasil: a negligência que vitimiza. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2007_luize_predebon.pdf. Acesso em: 24 jul., 2012.

RESS, Judith Mary; SEIBERT, Ute; SJARUP, Lene (Ed). Del Cielo a la Tierra – Una antologia feminista. Santiago: Sello Azul. 2. Ed, 1997.

SCHMIDT, Werner. A fé do Antigo Testamento. São Leopoldo: Ed. Sinodal; Escola Superior de Teologia (EST), 2004.

STEIL, Carlos Alberto, TONIOL Rodrigo. A trajetória dos direitos humanos na Igreja Católica no Brasil: do discurso político ao discurso moral. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de, DE MORI, Geraldo (orgs). Mobilidade religiosa – linguagens, juventude, política. Belo Horizonte: SOTER, São Paulo: Paulinas, 2012, p. 75-98.